

CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS
ATA DA REUNIÃO DO DIA QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E
DOIS

1 Ao quarto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às nove horas e quinze
2 minutos, o Conselho de Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão Ordinária, por
3 videoconferência, sob a presidência Professora Denise Maria Guimarães Freire. Estavam
4 presentes Sessão a Superintendente Acadêmica de Pesquisa, Ariane Cristina Roder
5 Figueira, o Superintendente Acadêmico de Pós-graduação, José Luis Lopes da Silveira a
6 Superintendente Administrativa Marília da Conceição Moraes Lopes; os Conselheiros
7 Docentes representantes dos Centros Universitários: Alexandre Guedes Torres (CCMN),
8 Adriana Santarosa Vivacqua (CCMN), Benjamin Rache Salles (CCMN), Claudia Moraes de
9 Rezende (CCMN), Ethel Pinheiro Santana (CLA), Linduino Jose Pitombeira de Oliveira
10 (CLA), Julie de Araujo Pires (CLA), Aniela Improta França (CLA), José Jairo Vieira (CFCH),
11 Juliana Beatriz Almeida de Souza (CFCH), Milton Nunes Campos (CFCH), Fabio Neves
12 Perácio de Freitas (CCJE), Fabricio Leal de Oliveira (CCJE), Joseph David Barroso
13 Vasconcelos de Deus (CCJE), Liliame Magalhães Girardin Pimentel Furtado (CCJE), Kátia
14 Vergetti Bloch (CCS), Cláudia Pinto Figueiredo (CCS), Celio Albano da Costa Neto
15 (CT), Paulo Henrique de Souza Picciani (CT), Verônica Maria Araújo Calado (CT). Os
16 Conselheiros representantes do Fórum de Ciência e Cultura, Carlos Renato Rezende
17 Ventura, Eliane Guedes, Cláudia Rodrigues Ferreira de Carvalho e Marina Bento Soares.
18 Os representantes dos discentes: Natália Silva Trindade, Tarcísio Fontenele de Brito,
19 Luana Bulcão, Paulo Henrique Marques Holanda. O representante dos Técnicos
20 Administrativo, João Sergio dos Santos Assis. As representantes do Campus Duque de
21 Caxias, Juliany Cola Fernandes Rodrigues e Luisa Andrea Ketzer. O Representante do
22 Campus Macaé, João Luiz Mendes Wanderley e Michelle Frazão Muzitano. E o
23 representante dos Antigos Alunos Marcos da Silva Neves e Doris de Oliveira Araujo Cruz.
24 Iniciou-se com o **Expediente** 1.1- A reunião foi aberta pela presidente do CEPG, Denise
25 Maria Guimarães Freire, que iniciou apresentando um calendário para a submissão de
26 propostas ao CEPG e informando sobre as atividades relacionadas à submissão de novos
27 cursos e análise de processos. Denise destacou que, naquele ano, as Avaliações de
28 Propostas de Cursos Novos (APCNs) enfrentaram um prazo muito apertado, causando
29 complicações para todos os envolvidos. A presidente do CEPG
30 apresentou o cronograma elaborado para o processo de submissão. O prazo final para
31 manifestação de interesse em submeter propostas foi estabelecido em 10/01/2022,
32 seguido pelo período de envio das propostas à PR2 entre 03/01 e 31/01/2022. O CEPG
33 iniciou o processo de análise dessas propostas em 01/02, com término previsto para
34 18/03/2022. Após a conclusão desta etapa, a apreciação pelo Conselho Universitário
35 (CONSUNI) das propostas aprovadas estava agendada para 24/03/2022. Posteriormente,
36 o preenchimento da plataforma Sucupira deveria ocorrer de 06/04 a 26/04, finalizando
37 com a homologação pela PR2 entre 26/04 e 29/04. **1.2-** O conselheiro Fábio Freitas
38 informou que nove propostas estavam em análise, das quais cinco eram retornos de

39 propostas previamente submetidas. Ele ressaltou que a interrupção na análise das APCNs
40 durante um período prolongado resultou na decisão de realizar uma apreciação ao invés
41 de emitir pareceres, com o objetivo de fornecer aos proponentes os elementos
42 necessários para aprimorar suas propostas. Entretanto, o curto prazo para análise estava
43 dificultando o trabalho da Comissão de Avaliação Acadêmica e Científica (CAAC) e da
44 Comissão de Legislação Normativa (CLN). O conselheiro alertou que o prazo final para
45 envio das propostas à CAPES estava marcado para 29/04, e destacou que seria necessário
46 mobilizar todos os membros do CEPG para finalizar as análises e emitir pareceres até o
47 final de março. **1.2.1-**A presidente do CEPG acrescentou que, devido à quantidade de
48 processos e a complexidade das análises, seria necessária a colaboração de todos os
49 conselheiros durante esse período. Ela informou que haveria a possibilidade de
50 convocação de sessões extras do CEPG para assegurar a conclusão das análises. **1.3-**
51 *Atualização sobre os Processos Pendentes-*A Secretária do CEPG Adriene Campelo relatou
52 que, até o momento, havia 72 processos pendentes de análise, dos quais a maioria estava
53 sob a responsabilidade da CAAC. O Conselheiro Fábio Freitas destacou que muitos desses
54 processos estavam relacionados à criação de cursos à distância e Adriene confirmou que,
55 entre os 72 processos, cerca de 50 eram referentes aos cursos lato sensu. **1.3.1-** A
56 presidente do CEPG sugeriu a realização de um mutirão do CEPG para apoiar a CAAC na
57 análise dos processos e reforçou a necessidade de sessões plenárias e de trabalho
58 adicionais. Ela também anunciou que faria um balanço da gestão da PR2 em 2021 em
59 uma sessão futura para manter os conselheiros informados sobre as ações em andamento
60 e os objetivos a serem alcançados. **1.4-***Abaixo-assinado para Reajuste de Bolsas-*
61 A Conselheira Natália Trindade apresentou aos demais conselheiros um abaixo-assinado
62 organizado pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), intitulado "Ciência para
63 Desenvolver o Brasil: Reajuste das Bolsas Já". Natália destacou que a campanha tinha
64 como objetivo pressionar as agências de fomento, como CAPES e CNPq, a reajustar as
65 bolsas de estudo. Ela pediu o apoio e a assinatura dos conselheiros, além da divulgação
66 do abaixo-assinado. **1.4.1-**A presidente do CEPG expressou seu apoio à causa e se
67 comprometeu a submeter o tema à votação ao final da reunião, ressaltando que o
68 congelamento dos valores das bolsas ao longo dos anos prejudicou o desenvolvimento
69 da pós-graduação no país e afetou a procura por programas de pós-graduação. **1.5-**
70 *Divulgação de Eventos e Relatórios sobre Pós-Graduação.* A conselheira Cláudia
71 Figueiredo comunicou que haveria uma reunião com os professores responsáveis por um
72 relatório sobre a pós-graduação, e ressaltou a importância de divulgar os eventos e
73 propostas em discussão para a comunidade acadêmica. Ela sugeriu que a PR2
74 promovesse uma ampla divulgação desses eventos, ao que a Professora Denise Freire
75 concordou, solicitando o envio das informações para viabilizar a divulgação. A presidente
76 do CEPG também relatou sobre sua participação em reuniões frequentes relacionadas à
77 discussão sobre a pós-graduação e mencionou a criação de documentos em conjunto
78 com diversos pró-reitores para abordar as questões que envolvem a Cátedra Senise. **1.6-**
79 *Edital Finep e Processos de Seleção em Andamento.* A Conselheira Cláudia Figueiredo
80 questionou sobre a organização da PR2 em relação ao edital da Finep no Centro de
81 Ciências da Saúde (CCS). Ela destacou a preocupação com as linhas do edital que não
82 tinham limites de submissão e solicitou esclarecimentos sobre a seleção dos projetos a
83 serem encaminhados. **1.6.1-** A Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa, Denise Freire,
84 explicou que a PR2 havia encaminhado um e-mail a todos os coordenadores e diretores
85 de unidades detalhando o processo seletivo. Ela informou que, no caso do edital CT-Infra
86 da Finep, a UFRJ poderia submeter apenas um projeto institucional. Para garantir uma
87 seleção justa e imparcial, cinco consultores externos foram convidados para avaliar os
88 projetos. **1.7-** Com relação ao edital de Doenças Negligenciadas, Denise esclareceu que

89 um novo calendário foi estabelecido, e que a PR2 pretendia seguir um processo
90 semelhante ao do CT-Infra para analisar as propostas e alinhar as avaliações com a banca.
91 Superintendente de Pesquisa, Ariane Roder, complementou a explicação, ressaltando que o
92 objetivo era viabilizar o interesse da universidade em submeter propostas relevantes,
93 mesmo nas sublinhas sem limites de submissão. Sem mais inscritos, passou-se a **Ordem**
94 **do dia. 2- Resolução sobre Programas de stricto sensu profissional- Relatora Ethel**
95 **Pinheiro.2.1-** A conselheira Ethel Pinheiro retomou a discussão sobre as alterações
96 propostas na Resolução CEPG, em especial na Seção 3, que trata da estrutura curricular
97 e das disciplinas. Ethel ressaltou que os pontos mais sensíveis do texto estavam
98 relacionados ao ensino remoto e às modalidades semipresenciais. A Conselheira leu o
99 artigo 37 da resolução, enfatizando que a redação pretendia definir o percentual de
100 atividades remotas permitido em um curso presencial, mantendo o alinhamento com as
101 portarias do MEC. Ela destacou a importância de discutir o tema, uma vez que a pandemia
102 trouxe à tona novas formas de ensino.**2.1.1-** Durante a discussão, a conselheira Veronica
103 Calado levantou dúvidas sobre a clareza do texto, apontando possíveis ambiguidades na
104 redação que poderiam gerar confusões na interpretação. **2.1.2-**A conselheira Aniela
105 França concordou e sugeriu a necessidade de especificar se o percentual referido era em
106 relação ao total de disciplinas do curso ou à carga horária cursada pelo aluno.**2.1.3-**A
107 Professora Denise pediu a colaboração de Aniela para revisar a redação do artigo,
108 enquanto o conselheiro Célio Albano destacou a necessidade de definir claramente os
109 limites para evitar problemas futuros. Ele enfatizou que a UFRJ é uma universidade
110 presencial e que a experiência com ensino à distância é limitada, sugerindo que a
111 instituição adote uma postura conservadora em relação ao percentual de disciplinas não
112 presenciais.**2.1.4-**A discussão se aprofundou com a participação de diversos
113 conselheiros, que compartilharam suas opiniões e preocupações sobre a regulamentação
114 das disciplinas à distância. O conselheiro João Sérgio Assis questionou as definições de
115 semipresencial e EAD, ressaltando a necessidade de esclarecer esses termos para evitar
116 interpretações equivocadas.**2.1.5-** A conselheira Ethel Santana sugeriu a criação de uma
117 instrução normativa para esclarecer as definições e percentuais, enquanto outros
118 conselheiros, como Adriana Santarosa e Milton Campos, ressaltaram a necessidade de
119 adaptar as regulamentações à realidade da universidade.**2.1.6-** A conselheira Luana
120 Bulcão apontou que a confusão estava nos termos utilizados e que seria importante seguir
121 as diretrizes já estabelecidas pelas portarias do MEC.**2.1.7-**Após diversas intervenções,
122 a professora Denise Freire sugeriu adiar a discussão para amadurecer o entendimento do
123 tema e propôs que a questão dos percentuais e definições fosse retomada em um
124 momento posterior.**2.1.8-** A sessão avançou para a leitura e discussão dos artigos 38, 39
125 e 40, que tratam da avaliação nas disciplinas e do rendimento acadêmico. O conselheiro
126 Fábio Freitas destacou a importância do parágrafo 4º do artigo 38, que estabelece um
127 limite na carga horária que um aluno pode cursar durante a semana, visando evitar
128 excessos e sobrecarga de trabalho.**2.1.9-** A conselheira Juliana Beatriz levantou uma
129 questão sobre a validade das disciplinas cursadas em outros programas e perguntou se
130 haveria um prazo estabelecido para a dispensa de disciplinas. **2.1.10-** A conselheira Ethel
131 Santana respondeu que não havia uma regulamentação geral a esse respeito, e que seria
132 possível incluir algo sobre os prazos no artigo 41. **2.1.11-** O debate prosseguiu com a
133 análise do artigo 42, referente à orientação e coorientação. A professora Denise Freire
134 chamou atenção para casos em que orientadores externos à UFRJ participavam de
135 programas de pós-graduação e sugeriu que a resolução abordasse a possibilidade de tais
136 orientadores orientarem alunos de forma plena.**2.1.12-** A conselheira Ethel Santana
137 esclareceu que, embora a coorientação por docentes externos fosse permitida, o
138 orientador principal precisava ser vinculado à UFRJ. Denise ressaltou a importância de

139 permitir que colaboradores externos orientem sozinhos quando isso for do interesse da
140 instituição. Após discussão, a redação foi mantida como sugerida, permitindo a
141 coorientação com servidores técnicos e pesquisadores vinculados a projetos de
142 pesquisa. **2.1.13-** Para cumprimento do Regimento do Conselho, a Presidente solicitou a
143 prorrogação da Sessão por 30 minutos e, ao ser posta em votação, foi aprovada por
144 unanimidade. **2.1.14-** Dando seguimento à Sessão, a discussão abrangeu a concessão
145 dos graus de mestre e doutor, destacando-se a inclusão de novos artigos que
146 regulamentam o processo de avaliação e o papel dos membros das bancas. **2.1.15-**O
147 conselheiro Renato Ventura expressou preocupação com a possibilidade de membros sem
148 o grau de doutor participarem da avaliação de teses de doutorado. **2.1.16-** A conselheira
149 Ethel Santana argumentou que, em alguns casos, profissionais com alta expertise,
150 mesmo sem doutorado, poderiam contribuir significativamente para a avaliação,
151 especialmente em programas profissionais. Após debates, foi decidido que o tema seria
152 abordado em uma próxima sessão plenária. Não havendo mais discussões,
153 A presidente Denise Freire encerrou a reunião, às 12h44, agradecendo a participação dos
154 conselheiros e destacando a importância da continuidade das discussões nas próximas
155 sessões. Ela ressaltou a necessidade de amadurecer alguns pontos levantados e se
156 comprometeu a retomar os debates na próxima sessão plenária. Para constar, eu, Adriene
157 Campelo do Amaral, Secretária do CEPG, lavrei a ata que, após aprovação, será assinada
158 pela Presidente da Sessão, Professora Denise Maria Guimarães Freire, e por mim.

159

160 Adriene Campelo do Amaral
161 Secretária

Denise Maria Guimarães Freire
Presidente